



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

ANEXO I-E

BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - COMPOSIÇÃO DE BDI

1. NORMATIVO LEGAL

1.1. O BDI, de acordo com a definição consagrada na literatura especializada e com o art. 2º, inciso V, do Decreto 7.983/2013, apresenta-se por meio de percentual a ser aplicado sobre os custos diretos e por finalidade mensurar as parcelas do preço da obra que incidem indiretamente na execução do objeto e que não são possíveis de serem individualizadas ou quantificadas na planilha de custos, tais como custos indiretos, remuneração ou lucro e tributos incidentes sobre o faturamento.

1.2. Conforme o art. 9º do decreto 7.983/2013, temos o seguinte:

"Art. 9º O preço global de referência será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI, que deverá evidenciar em sua composição, no mínimo:

I - taxa de rateio da administração central;

II - percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado;

III - taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e

IV - taxa de lucro."

1.3. Depreende-se que a fórmula apresenta-se por meio de percentual a ser aplicado sobre os custos diretos e por finalidade mensurar as parcelas do preço dos serviços que incidem indiretamente na execução do objeto e que não são possíveis de serem individualizadas ou quantificadas na planilha de custos.

1.4. Portanto, considerando a obra de retomada da Obra de construção da DEL e UOP em Três Rios/RJ, apresenta-se a seguir os critérios e cálculos utilizados para a definição dos percentuais distintos de BDI a serem aplicados.

2. BDI - SERVIÇOS

2.1. O percentual adotado é de **26,24% (vinte e seis vírgula vinte e quatro pontos percentuais)**, conforme o parâmetro do **Quartil médio** para o tipo de obra: construção de edifícios, tabela 9.2.1 do Acórdão nº. 2622/2013 - TCU - Plenário, **não estando incluso o percentual de 4,50% da CRPB, cabendo a empresa incluir**, caso seja optante pelo **não** recolhimento da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento - com desoneração.

3. FÓRMULA E PERCENTUAL DO BDI

3.1. Para avaliação do BDI vamos utilizar o previsto no acórdão 2.622/2013 do TCU e os índices conforme abaixo:

$$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$$

Em que:

- a) AC é a taxa de rateio da administração central;
- b) S é uma taxa representativa de Seguros;
- c) R corresponde aos riscos e imprevistos;
- d) G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;
- e) DF é a taxa representativa das despesas financeiras;
- f) L corresponde ao lucro bruto e;
- g) I é a taxa representativa dos impostos (PIS, COFINS e ISS)

3.2. Considerando os percentuais individuais para cada item da fórmula, previstos no acórdão 2.622/2013, para construção de edifícios temos os seguintes percentuais médios:

3.2.1. **Índices a serem aplicados na composição de BDI serviços:**

- a) Administração Central – 4,00%
- b) Seguro + Garantia – 0,80%
- c) Risco – 1,27%
- d) Despesa Financeira – 1,23%
- e) Lucro – 7,40%
- f) COFINS – 3,00%
- g) PIS – 0,65 %
- h) ISSQN – 5,00%
- i) **CPRB***: vide a observação do subitem 2.1.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **ELISABETE DA CUNHA MARTINS SILVA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/12/2025, às 13:30, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **TALEB FRANCISCO DE OLIVEIRA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 19/12/2025, às 13:37, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **70442332** e o código CRC **043A43D9**.



Referência: Processo nº 08657.050608/2025-39



SEI nº 70442332